



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de uma linha telefônica, com a prestação de serviço de Discagem Direta Gratuita - DDG, na modalidade 0800, com sistema de tarifação reversa, que possibilite o recebimento de ligações locais e de longa distância, em âmbito regional e nacional, originadas de telefones fixos ou móveis, destinadas à Ouvidoria do TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal.

2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Os serviços a serem contratados são os descritos no Anexo I deste Termo de Referência;
- 2.2. Os serviços deverão ser realizados no Edifício Sede do TCDF, situado na Praça do Buriti, Palácio Costa e Silva, CEP 70.075-901, Brasília/DF;
- 2.3. Os serviços deverão estar em condições operacionais em até **30** (trinta) dias corridos, contados após a assinatura do Contrato;
- 2.4. A prestação do serviço de DDG 0800 implicará no fornecimento de um número no formato 0800 XXX MCDU, o qual deverá atender as seguintes condições:
- 2.4.1. A linha telefônica deverá ser fornecida pelo TCDF, e permitirá acesso ao serviço, independentemente da origem das chamadas (à exceção de ligações oriundas do exterior, que não deverão ser aceitas);
- 2.4.2. O acesso ao serviço deverá ser possível através de chamadas telefônicas originadas de qualquer localidade do território nacional e de qualquer tipo de terminal da Rede Telefônica Pública Comutada (RTPC) ou do Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou seja, **acesso local, estadual e nacional**, inclusive a partir de telefones celulares e de terminais de uso público.
- 2.4. O serviço deverá ser disponibilizado pela operadora 5 horas por dia das 13h00 às 18h00 horas, cinco dias por semana, de segunda a sexta-feira, assegurando um mínimo de 99,5% de disponibilidade com contingência de acesso com dupla abordagem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

- a. Nesse período, caso o terminal de atendimento esteja ocupado ou não atenda à chamada, deverá funcionar a Central de Atendimento Virtual (CAV), localizada na central de atendimento da CONTRATADA com mensagem padronizada de até 30 segundos, fornecida pela mesma.
 - b. A CONTRATADA deverá submeter a mídia com a gravação personalizada à análise do TCDF no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato.
 - c. Fora desse período, deverá entrar em funcionamento a CAV, com mensagem de até 30 segundos, fornecida pela contratada.
- 2.5. A operadora deverá gerenciar e monitorar os serviços e dispor de suporte técnico , 5 horas por dia, das 13h00 às 18h00, cinco dias por semana, de segunda-feira a sexta-feira, dispondo de recursos para a recuperação imediata, de forma automática, assegurando a disponibilidade exigida pelo TCDF.
- 2.6. Na hipótese de ocorrência que requeira intervenção técnica, a solução do problema não deverá ser superior a 4 horas, a partir da abertura do chamado pelo TCDF.
- 2.7. A operadora deverá fornecer, mensalmente, ao TCDF, informações relativas à demanda ocorrida na rede, contemplando desempenho, volume, origem, tempo, data e hora das chamadas, quedas da rede e tudo mais em termos de dados estatísticos que permitam uma perfeita avaliação da performance dos serviços.
- 2.8. A operadora deverá fornecer ao TCDF, mensalmente, relatórios estatísticos com os seguintes dados:
- a. Quantidade de chamadas; tipo de chamadas, se de móvel ou fixo; tempo médio de conversação; índice percentual de chamadas com atendimento; índice percentual de chamadas ocupadas; índice percentual de chamadas não respondidas; índice percentual de perdas no assinante;
 - b. Índice percentual de chamadas comutadas com recebimento de sinal de congestionamento.

3. PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

- 3.1. Os concorrentes deverão apresentar, anexa à proposta de serviços, Planilha Detalhada de Formação de Custos, observando-se a estimativa de demanda para o serviço DDG (0800).
- a. A licitante, levando em conta o perfil de tráfego estimado informado pelo TCDF, oferecerá desconto em percentual sobre o preço constante de seu Plano Básico de Serviço ou plano alternativo a ser criado pela operadora de telecomunicações, para cada item, conforme disposto na Planilha de Formação de Custos, anexa à proposta.
- 3.2. Durante o prazo de vigência do contrato, o percentual de desconto cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os preços dos serviços constantes do Plano Básico de Serviços, aprovados pela Anatel, ou seu plano alternativo a ser criado pela operadora de telecomunicações.
- 3.3. O percentual de desconto proposto levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, observadas as normas estabelecidas pela Anatel, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de, durante o julgamento das propostas, pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 3.4. Não será aceito, para efeito de julgamento, sob qualquer título, oferta de outros valores que não sejam os preços solicitados na Planilha de Formação de Preços, anexa à proposta, sobre os quais incidirá o percentual de descontos ofertado.
- 3.5. Não será aceita proposta que apresente preço maior que o constante do plano de serviços autorizados pela Anatel.
- 3.6. O valor mensal estimado do contrato será de até R\$ (.....), já somados todos os impostos (ICMS, PIS, COFINS).

4. INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. A operadora deverá elaborar e entregar ao TCDF, para análise e aprovação, projeto de instalação detalhado dos serviços, objeto da contratação, no ato da assinatura do contrato.
- 4.2. Em todas as fases de instalação, configurações, testes de compatibilidade com a central de telefonia do TCDF e outras providências previstas no projeto de instalação deverão ser acompanhadas pelo TCDF.

5. PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



- 5.1. Os serviços deverão ser disponibilizados em até 30 dias após a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial.

6. VIGÊNCIA

- 6.1. A partir da publicação resumida do instrumento contrato na imprensa oficial.

7. PRAZO DO CONTRATO

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 60 meses, incluindo período inicial, conforme a Lei Federal nº 8.666/1993.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A fim de possibilitar a execução do objeto deste contrato, constituem obrigações da CONTRATANTE:
- a. Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso ao local de realização dos serviços;
 - b. Exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA, caso o julgue tecnicamente inapto, ou por conveniência administrativa;
 - c. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor especialmente designado, EXECUTOR DO CONTRATO, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, conforme art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - d. Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou defeitos no funcionamento dos equipamentos;
 - e. Sustar a prestação de qualquer serviço, quando verificada irregularidade na qualidade de sua prestação e determinar a sua substituição;
 - f. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre a aplicação de multas, penalidades ou quaisquer débitos de sua responsabilidade;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

- g. Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente;
- h. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada e em condições de liquidação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Prestar o serviço do objeto em questão, utilizando pessoal especialmente capacitado para realizar as instalações e programações que se fizerem necessárias.
- 9.2. Implantar a supervisão permanente dos serviços de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
- 9.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital, sem prévia autorização da unidade gestora do Contrato.
- 9.4. Responsabilizar-se pelo depósito dos materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos de sua propriedade alocados para execução dos serviços, não cabendo ao TCDF qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outras ocorrências.
- 9.5. Fornecer os equipamentos especificados com toda a documentação técnica que os acompanha tais como: manuais, certificados, guias de instalação e outros existentes, todos redigidos em português, caso necessário.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, inclusive as relativas à qualidade do serviço contratado, assim como pela recusa injustificada em retirar a nota de empenho, a licitante vencedora ficará sujeita às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 10.2. À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor adjudicado, quando o adjudicatário injustificadamente se recusar a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

receber a nota de empenho e/ou assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

- c. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sem justa causa devidamente comprovada e aceita pela Administração, na prestação de qualquer das demais obrigações decorrentes do presente contrato, calculada sobre o valor da parcela não cumprida;
 - d. Multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total da nota de empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de atraso no cumprimento das obrigações, sem justificção por parte do adjudicatário, devidamente comprovada e aceita pela Administração. Neste caso estará caracterizada a recusa, dando causa ao cancelamento da nota de empenho;
 - e. A multa de que trata o subitem anterior incidirá, ainda, nos casos em que o adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso;
 - f. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;
 - g. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, quando a empresa, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A declaração de inidoneidade terá efeito enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 10.3.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas diretamente à conta-corrente da CONTRATANTE, no prazo de quinze dias corridos, contados da publicação do ato de punição. Não ocorrendo o pagamento, a CONTRATANTE promoverá, mediante prévio procedimento administrativo, desconto nos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou da garantia oferecida. Fica ressalvado o direito da CONTRATANTE de exigir o valor judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, caso venha a ser necessário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

- 10.4. Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 10.5. As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

11. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. As propostas de preços apresentadas serão julgadas segundo o critério do menor preço global para o fornecimento e realização dos serviços constantes da planilha de custo e formação preços, anexo III deste Termo de Referência.
- 11.2. As propostas de preços apresentadas deverão ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. Quaisquer informações para dirimir dúvidas ou questões a respeito desta licitação poderão ser obtidas diretamente na Seção de Licitação e Contrato – TCDF, situada no Edifício Garagem Anexo do TCDF, Praça do Buriti, Brasília/DF, ou pelo telefone (61) 314-2202, no horário das 13 às 18 horas.
- 12.2. As dúvidas de ordem técnica poderão ser esclarecidas na Seção de Manutenção e Conservação Predial, situada no subsolo do Edifício Anexo do TCDF, Praça do Buriti, Brasília/DF, ou pelo telefone (61) 3314-2109, no horário das 13 às 18 horas.

Brasília, 11 de julho de 2012.

ANTONIO AUGUSTO ROCHA LOPES
Seção de Manutenção e Conservação Predial
Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

ANEXO I

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
01	Serviços de Mensagens personalizadas em caso de LO (linha ocupada) e NA (não atendimento), em caso de caixa de mensagens esgotada.
02	Disponibilização de Caixa de mensagens para caso de LO e NA.
03	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) LOCAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais FIXOS , destinadas à Ouvidoria do TCDF.
04	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) LOCAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais MÓVEIS , destinadas à Ouvidoria TCDF.
05	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II , assim entendidas as chamadas originadas no Distrito Federal e nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, por terminais FIXOS , destinadas à Ouvidoria TCDF.
06	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II , assim entendidas as chamadas originadas no Distrito Federal e nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, por terminais MÓVEIS , destinadas à Ouvidoria TCDF.
07	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTER-REGIONAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III , assim entendidas as chamadas originadas nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima, (Região I) e São Paulo (Região III), por terminais FIXOS , destinadas à Ouvidoria TCDF.
08	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTER-REGIONAL , na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III , assim entendidas as chamadas originadas nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima, (Região I) e São Paulo (Região III), por terminais MÓVEIS , destinadas à Ouvidoria TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

ANEXO II

PERFIL DE TRÁFEGO TELEFÔNICO

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA EM MINUTOS
01	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) LOCAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	3600
02	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) LOCAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	7200
03	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, assim entendidas as chamadas originadas do Distrito Federal e nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	1200
04	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, assim entendidas as chamadas originadas do Distrito Federal e nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Tocantins, por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	1800
05	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTER-REGIONAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, assim entendidas as chamadas originadas nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima (Região I) e São Paulo (Região III), por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	180
06	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTER-REGIONAL, na modalidade Discagem Direta Gratuita, utilizando prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, assim entendidas as chamadas originadas nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima (Região I) e São Paulo (Região III), por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria TCDF.	420



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

ANEXO III
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	
1	Instalação NRES	Linha	1	15,72	15,72
2	Assinatura NRES	Meses	12	65,54	786,48
3	Assinatura 0800	Meses	12	51,32	615,84 VALOR TOTAL (R\$)
4	Serviços de Mensagens.	Meses	12	51,32	615,84
5	Caixa de mensagem	Meses	12	51,32	615,84
6	STFC LOCAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	3600	0,111940	
7	STFC LOCAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, Originadas na cobertura local de terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	7200	0,078670	402,98
8	STFC LDN INTRA-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	1200	0,431900	566,42
9	STFC LDN INTRA-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	1800	1,769710	518,28



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

10	STFC LDN INTER-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	180	0,431900	77,74 743,28
11	STFC LDN INTER-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	420	1,769710	
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)					8.143,91



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Instalação NRES	Linha	1		
2	Assinatura NRES	Meses	12		
3	Assinatura 0800	Meses	12		
4	Serviços de Mensagens.	Meses	12		
5	Caixa de mensagem	Meses	12		
6	STFC LOCAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, originadas na cobertura local de terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	3600		
7	STFC LOCAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, Originadas na cobertura local de terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	7200		
8	STFC LDN INTRA-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	1200		
9	STFC LDN INTRA-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, dentro da Região II, por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	1800		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Geral de Administração
Divisão de Serviços Gerais
Seção de Manutenção e Conservação Predial

10	STFC LDN INTER-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, por terminais FIXOS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	180		
11	STFC LDN INTER-REGIONAL, na modalidade DDG (0800), no sistema de tarifação reversa, para as Regiões I e III, por terminais MÓVEIS, destinadas à Ouvidoria.	Minutos	420		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS (R\$)					

* Nos valores unitários deverão constar os tributos.